

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública****Gabinete Secretário Adjunto**

Estudo Técnico Preliminar (ETP) 116604759 - SEJUSP/GAB-ADJUNTO

Belo Horizonte, 24 de junho de 2025.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**I – INFORMAÇÕES GERAIS****1. Identificação do processo e solicitante**

Número do processo SEI: 1450.01.0048841/2025-61

Número da Solicitação no Portal de Compras MG:

Área solicitante: Gabinete Adjunto/Subsecretaria de Integração da Segurança Pública - Suint

2. Equipe de Planejamento da Contratação:**I - Pela Secretaria Adjunta:**

a) Cláudia Aparecida Pereira Brígido - Masp 1239260-1, que atuará como Presidente da Comissão;

b) Patrícia de Freitas Andrade Rocha - Masp 1249984-4;

II - Pelo Departamento Penitenciário - Depen:

c) Pedro de Araújo Maia - Masp 11067329;

d) Victor Antunes Leocádio - Masp 753-063-7;

III - Pela Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo - Suase:

e) Núbia Vieira de Souza - Masp 12777348;

f) Pauline de Moura Wallner Ávila Rocha - Masp 1380147-7;

IV - Pela Subsecretaria de Integração da Segurança Pública - Suint:

g) Nathalia Bertú Moura - Masp 753267-4;

h) Raquel Lúcia Mascarenhas Gomes da Silva - Masp 755326-6.

Documento(s) de designação (número SEI): Comissão instituída conforme Resolução SEJUSP nº 1272, de 25 de junho de 2024, publicada no Diário Oficial de Minas Gerais de 26 de junho de 2024 (91121684),

alterada pela Resolução SEJUSP Nº 425, de 08 de abril de 2025, publicada no Diário Oficial de Minas Gerais de 10 de abril de 2025 (111413531).

II – DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

1. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO) (art. 6º, I e IV)

Diagnóstico do Sistema Prisional e do Sistema Socioeducativo em Minas Gerais baseado em evidências

As questões relacionadas à segurança pública constituem um campo multifacetado, influenciado por diversos fatores, direta e indiretamente, bem como provocam impacto significativo na participação e na atuação da sociedade civil, associações profissionais, mercado, bancos, segurança privada, mídia, redes sociais, igreja e diversos outros atores não estatais, bem como organizações criminosas.

Institucionalmente, a gestão da segurança, planejada e executada por diversas organizações, tem buscado soluções para problemas relacionados à manutenção da ordem pública, controle da criminalidade, tráfico de drogas, custódia e prevenção de violências e da criminalidade. Contudo, é preciso buscar novos desenhos e novas estratégias de gestão das políticas públicas, bem como implementar um conjunto de ações e decisões com a finalidade de resolver problemas que afeta a sociedade.

No arranjo institucional do Governo do Estado de Minas Gerais, a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), conforme art. 2º do Decreto nº 48.659, de 28 de julho de 2023, tem como competência planejar, elaborar, deliberar, coordenar, gerir e supervisionar as ações setoriais a cargo do Estado relativas:

[...]

À política prisional, assegurando que todas as pessoas privadas de liberdade sejam tratadas com o respeito e a dignidade inerentes ao ser humano, promovendo sua reabilitação e reintegração social e garantindo a efetiva execução das decisões judiciais;

À política socioeducativa, visando a interromper a trajetória infracional de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação e semiliberdade;

Para o efetivo cumprimento do que preconiza a Lei de Execução Penal (LEP) de “proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do “internado” a Sejusp tem envidado esforços na busca por soluções baseadas em evidências, pautadas no princípio da melhoria das condições das suas estruturas físicas, mas também na garantia de um atendimento humanizado das Pessoas Privadas de Liberdade (PPLs), as quais retornarão ao convívio social. No que diz respeito à implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e a execução das medidas socioeducativas de privação e restrição de liberdade, se faz necessário observar as condições de atendimento dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, as condições de infraestrutura das Unidades Socioeducativas, além da interlocução e intersectorialidade com o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) durante e pós execução da medida socioeducativa, preocupando-se ainda com as condições de trabalho e processos de formação e capacitação dos profissionais dos sistemas prisional e socioeducativo.

Assim sendo, necessário se faz entender como os componentes de cada política se articulam, através de suas rotinas e seus recursos disponíveis, para atender às mais diversas demandas e entregar

segurança pública à população. E é nesse contexto que surge a necessidade de diagnosticar macro e micro processos de gestão dessas políticas públicas, as condições, as dinâmicas e os desafios enfrentados tanto pela política penitenciária quanto socioeducativa do Estado, aferindo sua efetividade organizacional. Assim, a proposta de analisar a execução de uma política pública tão específica requer um arcabouço teórico e metodológico robusto e enfrenta o grande desafio de compreensão de um universo de fatores dependentes e independentes exercendo influências nos resultados. Somente um estudo minucioso, que utilize diferentes técnicas de coleta de dados, seja do ponto de vista do rigor quantitativo, como também da profundidade qualitativa, será capaz de trazer as evidências imprescindíveis para uma compreensão profunda e detalhada sobre os problemas enfrentados, bem como potencializará a capacidade da Sejusp de formulação de políticas públicas mais eficazes e de proposição de soluções assertivas, além de apontar melhorias nas condições de trabalho dos seus servidores. A política baseada em evidências produz elementos fundamentais para a compreensão transversal dos desafios enfrentados e aponta para intervenções pontuais, com efetividade e eficiência.

É nesse contexto que a contratação de uma pesquisa com diferentes fontes de informações, qualitativa e quantitativa, sobre os sistemas penitenciário e socioeducativo de Minas Gerais se justifica, por ser o ferramental necessário para trazer as evidências que podem fornecer importantes respostas para os formuladores de políticas de segurança pública. Tais evidências são essenciais para identificar e superar pontos que necessitam de melhorias ou reformulação e que afetam o processo de cumprimento de medida socioeducativa dos adolescentes acautelados e a reintegração social das PPLs.

Um aspecto de fundamental importância, a que se propõe o desenho de **pesquisa qualitativa**, será analisar, no caso do Sistema Prisional, a qualidade das relações entre custodiados, familiares e representantes dos sistemas, pautado na garantia de visitas sociais, assistência às famílias, percepção do custodiado, dos servidores e da família sobre a pena/condenação e os efeitos do seu cumprimento, tipos de trabalho ofertado, tipo de cursos ofertados, acesso às unidades de saúde e assistenciais, qualidade das intervenções ofertadas e indicador de reincidência criminal, seja nas unidades de administração direta ou indireta. Todos esses aspectos são apontados na literatura especializada, que tem se dedicado a pesquisar fatores de dissuasão no cometimento de novas infrações, bem como fatores associados ao risco de reiteração. Tais estudos apontam que o processo de reintegração social é mais eficiente quanto melhor for a qualidade dessas relações com a rede de apoio dentro e fora do sistema. Em relação ao sistema socioeducativo, as relações entre os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, a comunidade socioeducativa, os familiares e o Sistema de Garantia de Direitos a partir da garantia de visitas, convivência familiar e social, atendimento às famílias, garantia do direito à saúde, educação, profissionalização, esporte, cultura e lazer, direito à assistência religiosa além da percepção desses atores em relação ao cumprimento da medida e identificação de fatores de proteção e de risco que atravessam a interrupção da trajetória infracional do adolescentes após seu desligamento, seja nas unidades de administração direta ou indireta.

Já a proposta de um desenho de **pesquisa quantitativa**, do tipo *Survey*, também será capaz de proporcionar uma visão sistêmica gestão, da estrutura física e das reformas realizadas para melhor adequação, além de investigar as condições atuais dos estabelecimentos:

1. **Prisionais** - partir dos formulários autoaplicados, na modalidade remota, aos diretores de cada uma das 170 (cento e setenta) unidades prisionais e o presidente de cada uma das 49 Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs), abrangendo a percepção com relação a: estrutura dos espaços físicos (tamanho, iluminação, ventilação, equipamentos de segurança etc.); tecnologias utilizadas; capacidade prevista de vagas; ocupação total; número de servidores (estratificado por funções previstas); divisão por cumprimento de pena; qualidade da alimentação; kit higiene. No que tange aos fatores associados ao risco de reiteração/reincidência, a pesquisa deverá apresentar metodologia para a construção de um indicador, de uma medida mais precisa levando-se em consideração o período de permanência mínimo no sistema, quantificação de tempo médio que a PPL recebeu atendimento da assistência social (por exemplo, tempo médio que a pessoa privada de liberdade teve o seu Plano Individual de Readaptação (PIR) concluído).

2. **Socioeducativos** - a partir dos formulários autoaplicados, na modalidade remota, aos diretores de cada uma das 41 (quarenta e uma) unidades socioeducativas e 5 (cinco) Núcleos de Atendimento do Programa de Egressos Se Liga, abrangendo a percepção com relação a: estrutura dos espaços físicos (tamanho, iluminação, ventilação, equipamentos de segurança etc.), tecnologias utilizadas; qualidade da alimentação; kit higiene. No que tange aos fatores associados ao risco de reiteração/reincidência, examinar fatores que contribuem para a trajetória pós-medida socioeducativa, identificando elementos de proteção ou risco, trajetória infracional (medidas em meio aberto, medidas de privação e restrição de liberdade, entrada no Sistema Prisional ou óbito), considerando tempo de permanência no sistema, atendimentos recebidos e outros fatores relevantes.

Outro ponto importante é a necessidade de avaliar o impacto das políticas públicas já implementadas no Sistema Prisional e Socioeducativo. A pesquisa permitirá medir a eficácia dessas ações, apontando os seus pontos fortes e suas fragilidades. Com base nesses dados e informações, será possível realizar ajustes e um aprimoramento das políticas a médio e longo prazo, garantindo que os recursos sejam direcionados de maneira eficiente.

É relevante destacar, ainda, que a contratação de uma pesquisa com essa natureza fortalece a transparência e o comprometimento das ações governamentais, demonstrando o compromisso da Sejusp com a melhoria contínua dos sistemas penitenciário e socioeducativo e da segurança pública do Estado como um todo. A coleta de dados quantitativos e qualitativos de forma sólida e confiável embasa a tomada de decisões da administração pública, aumentando a credibilidade das políticas e o engajamento da própria sociedade.

Portanto, a contratação da pesquisa proposta é uma necessidade premente para uma compreensão aprofundada dos sistemas penitenciário e socioeducativo de Minas Gerais, que proporcionará subsídios fundamentais para a construção de um sistema de justiça mais seguro, eficiente e humano.

2. Alinhamento entre a contratação e o planejamento da Administração (art. 6º, II)

O serviço a ser contratado não consta no planejamento da Sejusp em 2025, porém, desde o ano de 2023, a Secretaria tem tomado a iniciativa, a partir de diretrizes da autoridade competente, de realizar pesquisas diagnósticas e, com isso, subsidiar a estruturação da política estadual de segurança pública baseada em evidências, elevando o patamar do estado de Minas Gerais quanto à utilização de diretrizes internacionais de planejamento e execução de política de segurança pública.

Sendo assim, julgou-se necessário realizar a contratação do serviço de pesquisa para o diagnóstico do Sistema Prisional e do sistema socioeducativo, demanda já autorizada pela autoridade competente da Sejusp.

3. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 6º, III)

3.1 Especificação da potencial contratação

O objetivo geral da pesquisa será identificar, analisar e produzir conhecimento sobre os sistemas Prisional e Socioeducativo do estado de Minas Gerais, organizando e sistematizando os dados coletados para subsidiar a discussão sobre os desafios e possibilidades de aprimoramento das políticas públicas, mantendo o carácter investigativo da pesquisa, de modo a aprimorar as ações voltadas para a ressocialização, socioeducação e melhoria das condições de trabalho dos profissionais dos sistemas Prisional e Socioeducativo.

Com vistas a operacionalizar a execução da demanda pretendida, a pesquisa deverá ser formatada por 03 (três) eixos:

- I - Diagnóstico do Sistema Prisional;
- II - Diagnóstico do Sistema Socioeducativo e;

III - Seminário, evento presencial, a ser organizado pela contratada, para discussão e debate sobre temas específicos relacionados aos eixos de pesquisa anteriores, bem como a entrega dos diagnósticos, de modo a apresentar os achados em cada eixo, especialmente quanto às percepções, demandas e propostas de intervenção baseadas nas evidências encontradas.

3.2. Os **objetivos específicos do diagnóstico do Sistema Prisional** serão:

1. Mapear e avaliar as práticas de execução penal e as rotinas de atendimento nas unidades prisionais — abrangendo saúde, educação, assistência social, atendimento psicológico e demais serviços — verificando a conformidade com protocolos, diretrizes e normas vigentes. Identificar convergências, práticas destoantes e brechas normativas, bem como seus efeitos sobre a política penitenciária. Investigar os fatores que afetam a gestão de vagas e a eficácia dos serviços prestados, evidenciando boas práticas de custódia e de atendimento diário, de modo a subsidiar a melhoria contínua do Sistema Prisional do Estado.

2. Percepções dos gestores acerca das condições físicas e tecnológicas das unidades prisionais, verificando de que forma tais estruturas afetam o cumprimento das políticas penitenciárias. Sistematizar relatos sobre necessidades de reforma ou ampliação, funcionamento de redes de serviços essenciais, acessibilidade, equipamentos de segurança e sistemas de comunicação, transformando essas impressões em informações acionáveis para aprimorar a funcionalidade e a segurança das unidades. A partir dessas percepções, propor estratégias de ampliação de vagas — por construção, reforma ou readequação — levando em conta capacidade prevista, ocupação real, condições de higiene, iluminação, ventilação e demais fatores que impactam a qualidade de vida dos servidores e os direitos das pessoas privadas de liberdade.

3. Identificar e analisar as percepções das pessoas custodiadas sobre a política penitenciária em Minas Gerais, considerando sua vivência no Sistema Prisional, o acesso a direitos e serviços e as desigualdades associadas a fatores étnico-raciais, sociais e de gênero — inclusive da população LGBTQIAPN+. Investigar o grau de compreensão dos custodiados quanto aos objetivos e diretrizes da política, às normas institucionais, às regras de convivência e aos critérios de progressão de regime ou desligamento. Avaliar suas percepções sobre as relações com outros custodiados, policiais penais, equipes técnicas e demais atores. Examinar de que forma a cultura institucional impacta a vivência individual, com ênfase nas mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, no que tange ao respeito à identidade de gênero, a possíveis situações de violência ou discriminação e ao acesso a direitos básicos. Levantar expectativas e desafios para o período pós-cumprimento da pena, a fim de subsidiar ações de reintegração social.

4. Identificar os fatores que contribuem para aumentar a chance de reincidência no Sistema Prisional com base na literatura consolidada e elaborar a metodologia de aferição do indicador e da taxa de reincidência no Estado.

5. Identificar e analisar a percepção dos servidores do Sistema Prisional de Minas Gerais sobre suas condições de trabalho, abarcando fatores estruturais, organizacionais e psicossociais que impactam seu bem-estar, segurança, absenteísmo e desempenho profissional. Devem ser examinadas as percepções sobre a infraestrutura e as condições físicas do ambiente laboral, incluindo a disponibilidade e a qualidade dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e dos demais materiais necessários ao exercício das funções; a carga horária, o regime de trabalho, a segurança e a gestão de riscos; as capacitações ofertadas, o desenvolvimento profissional e a valorização dos servidores; o clima organizacional e as relações interpessoais; os impactos psicossociais e a saúde mental; bem como a percepção dos servidores quanto à efetividade das diretrizes e práticas atualmente adotadas no sistema. E apontar sugestões para aprimorar as condições de trabalho.

Diante da complexidade dos objetivos elencados, a pesquisa aplicará diversas técnicas de coleta (questionários estruturados *online*, grupos focais, entrevistas semiestruturadas) nos Sistema Prisional e Apacs, com o objetivo de captar as percepções de servidores, recuperandos, PPLs e demais públicos-alvo.

As propostas para execução da pesquisa serão avaliadas com base na qualificação da empresa, experiência prévia em pesquisas qualitativas, metodologia proposta e adequação ao orçamento e cronograma, conforme as especificações deste ETP, considerando que busca-se avaliar o Sistema Prisional a partir de características específicas da população custodiada, abarcando todas as pessoas presentes no momento da pesquisa e valendo-se de parâmetros que reflitam as singularidades estruturais e funcionais do sistema. Para tanto, é imprescindível que o plano amostral esteja estritamente alinhado aos objetivos da investigação. A estratégia metodológica combinará múltiplas fontes de dados e técnicas de coleta de campo, escolhidas segundo a natureza de cada objetivo e ajustadas às condições operacionais das unidades prisionais e ao cronograma previsto para a execução do estudo¹.

Diante da complexidade do **sistema prisional** mineiro e do número total de 170 unidades, e considerando os objetivos da pesquisa, definiu-se uma amostra de **62 unidades prisionais**, calculada pela fórmula de Cochran¹ ($p = 0,50$; erro máximo admissível = 10 p.p.; nível de confiança = 95 %) e ajustada à população finita (170 estabelecimentos), conforme orientam Cochran (1977) e o Manual de Amostragem do IBGE². A amostragem foi estratificada de modo a preservar, na mesma proporção do universo, o porte (pequeno, médio e grande), o perfil populacional (masculino, feminino, misto e LGBTQIAPN+) e o modelo de gestão (pública e cogestão). Também se garantiu a cobertura territorial mínima, incluindo-se pelo menos uma unidade em cada uma das 19 Regiões Integradas de Segurança Pública (Risp). O desenho contempla a totalidade dos estratos críticos — a única unidade LGBTQIAPN+ e uma penitenciária em regime de cogestão — e prevê **16 unidades reserva** (aproximadamente 20 % da amostra) a serem acionadas caso alguma selecionada se torne indisponível, sem prejuízo à distribuição estatística. Para otimizar custos operacionais, 29 das unidades prisionais escolhidas localizam-se no mesmo município de unidades socioeducativas que também serão visitadas, permitindo roteiros integrados e otimização nos deslocamentos. A relação nominal das **62 unidades**, bem como das reservas, encontra-se no Apêndice I - Relação Unidades da Amostra.

Em relação às **Apacs**, partiu-se do universo de 49 estabelecimentos (40 masculinos e 9 femininos), aplicou-se a fórmula de Cochran ($p = 0,50$; erro máximo admissível = 10 p.p.; nível de confiança = 95 %), cujo resultado preliminar foi de **33 unidades**. Considerando, porém, o menor porte desse subsistema e buscando manter o coeficiente de amostragem de aproximadamente 36 % utilizado no Sistema Prisional ($62 / 170$), fixou-se a amostra em **18 Apacs, sendo 15 masculinas e 3 femininas**, número que ainda assegura erro ≤ 10 p.p. após a correção para população finita e mantém comparabilidade estatística entre os dois universos pesquisados. A estratificação preservou a proporção por sexo observada no universo: 81,6 % masculinas e 18,4 % femininas. Para reduzir custos logísticos, priorizaram-se Apacs sediadas em municípios que já receberão visitas da equipe nas unidades prisionais ou socioeducativas; do total selecionado, 12 enquadram-se nesse critério. O plano amostral prevê, ainda, **5 unidades reserva** (≈ 20 % da amostra), estratificadas pelo mesmo critério de sexo, para substituir eventuais indisponibilidades sem comprometer a distribuição. A listagem nominal das 18 Apacs selecionadas e das reservas consta no Apêndice II – Relação de Apacs da Amostra.

Destaca-se que a contratada será responsável por realizar o cálculo final, com o número exato de grupos focais e entrevistas, ajustando os quantitativos conforme levantamento preliminar junto às unidades, considerando o porte (pequeno, médio ou grande), o perfil populacional (masculino, feminino, misto, LGBTQIAPN+), a modalidade de gestão (pública, cogestão ou híbrida), a diversidade de funções dos servidores (segurança, técnicos, administrativos) e o número de integrantes da população-alvo (PPLs, recuperandos, familiares).

O rigor metodológico na escolha da amostra representativa das unidades, considerando características do próprio sistema, e na escolha das técnicas de coletas de dados visa assegurar a coerência com os objetivos da pesquisa e os resultados almejados. Contudo, apresentamos a seguir uma estimativa, a qual deverá ser confirmada ou retificada pela contratada desde que atenda ao quantitativo mínimo aqui definido para as **Unidades Prisionais**:

Questionários Estruturados Online - Os questionários estruturados online comporão um censo, abrangendo todos os Diretores das Unidades Prisionais e todos os Presidentes das Apacs. A aplicação visa captar a percepção da gestão das unidades e será conduzida conforme os padrões metodológicos definidos para a pesquisa.

Grupos Focais - A estimativa inicial é de aproximadamente 19 grupos focais, distribuídos da seguinte forma: para o Sistema Prisional serão realizados 09 grupos, sendo 5 com Policiais Penais/Agentes Penitenciários e 4 com a Equipe Técnica. Para as Apacs serão realizados 10 grupos, sendo 4 com a Equipe Administrativa, 3 com a Equipe Técnica e 3 com Recuperandos.

Entrevistas semiestruturadas - As entrevistas serão realizadas visando capturar as percepções dos: Subdiretores de Unidade Prisional; PPLs; Familiares das Pessoas Privadas de Liberdade ; Diretoria da Apac ; Equipe Administrativa da Apac; Equipe Técnica da Apac; e Familiares dos Recuperandos das Apacs. Embora o número exato de entrevistas deva ser calculado pela contratada, sua distribuição seguirá os mesmos critérios de diversidade e representatividade considerados para os grupos focais. A definição do quantitativo de entrevistas foi realizada com base na fórmula de amostragem aleatória simples, considerando um nível de confiança de 95% e um erro amostral máximo de 10%, conforme orientações metodológicas reconhecidas na literatura estatística aplicada às ciências sociais (TRIVIÑOS, 1987; GIL, 2008). Para garantir a representatividade da amostra, considerou-se a amostra das unidades prisionais e das unidades de Apacs de acordo com o porte, o perfil populacional e a modalidade de gestão. Assim sendo, o cálculo das entrevistas foi realizado para três grupos principais, sendo eles: PPLs; familiares dos PPLs; e subdiretores, conforme a estrutura institucional de cada modelo. Cada grupo foi segmentado conforme a quantidade média de custodiados, a proporção de familiares (1 familiar por custodiados) e o número de profissionais presentes nas unidades de cada tipo. Para a efetiva distribuição das entrevistas semiestruturadas, nas **unidades prisionais de pequeno porte** (41 unidades), foram estimadas 240 entrevistas com PPLs, distribuídas entre unidades masculinas (93 entrevistas), femininas (71 entrevistas) e mistas (76 entrevistas). Para os familiares, foi previsto o mesmo total de 240 entrevistas, respeitando a segmentação proporcional. Em relação aos subdiretores, considerando a existência de quatro cargos por unidade (subdiretor adjunto, subdiretor de segurança, subdiretor de humanização e atendimento e subdiretor administrativo), a população total de subdiretores neste porte é de 164 profissionais. Aplicando-se a fórmula de amostragem, foi estimada uma amostra de 61 entrevistas com subdiretores para este grupo. Nas **unidades de médio porte** (17 unidades), foram estimadas 426 entrevistas com PPLs, divididas entre unidades masculinas (94 entrevistas), femininas (78 entrevistas), mistas (92 entrevistas), uma unidade LGBTQIAPN+ (78 entrevistas) e uma unidade de cogestão masculina (84 entrevistas). O mesmo número foi atribuído aos familiares. Considerando os quatro cargos por unidade, a população total de subdiretores neste grupo é de 68, resultando em uma amostra estimada de 41 entrevistas. Nas **unidades de grande porte** (4 unidades), foram definidas 182 entrevistas com PPLs (93 em unidades masculinas e 89 em unidade mista) e o mesmo quantitativo para os familiares. Para os subdiretores (total de 16), a amostra estimada foi de 14 entrevistas.

Total no Sistema Prisional: PPLs com 848 entrevistas; familiares com 848 entrevistas; subdiretores com 116 entrevistas, somando um total: 1.812 entrevistas.

No que tange às Unidades de Apacs apresentamos a seguir uma estimativa, a qual deverá ser confirmada ou retificada pela contratada desde que atenda ao quantitativo mínimo aqui definido:

Nas 18 Apacs da amostra, o cálculo considerou 3 unidades femininas com média de 133 reeducandos por unidade, e 15 unidades masculinas, com média de 114 reeducandos por unidade.

Em relação às entrevistas com os familiares dos reeducandos, foram estimadas 78 entrevistas nas Apacs femininas e 91 nas Apacs masculinas, totalizando 169 entrevistas.

No que se refere às entrevistas com as equipes ficou estimado da seguinte forma:

Diretores, 21 entrevistas nas unidades femininas e 33 nas unidades masculinas (55 entrevistas); Administrativos, 24 entrevistas nas unidades femininas e 39 nas unidades masculinas (63 entrevistas); Técnicos, 21 entrevistas nas unidades femininas e 37 nas unidades masculinas (58 entrevistas).

Total nas Apacs: Reeducandos com 169 entrevistas; Familiares com 169 entrevistas; Equipes: 176 entrevistas, somando um total de 514 entrevistas.

Total Estimado de Entrevistas Sistema Prisional

Segmento	PPLs/Reeducandos	Familiares	Subdiretores/Diretores/Equipes	Total
Sistema Prisional	848	848	116	1.812
Apacs	169	169	176	514
Total Geral	1.017	1.017	292	2.326

Observações Metodológicas - Estas propostas consideram o mínimo desejado, podendo a contratada ajustar os números de grupos focais e entrevistas conforme o levantamento inicial, desde que respeitados os critérios de representatividade e diversidade mencionados. A contratada deverá seguir as práticas metodológicas de Krueger & Casey (2015) e Barbour (2007), assegurando a saturação teórica e a qualidade dos dados. Cada grupo focal deve contar com 6 a 10 participantes, conforme os padrões metodológicos reconhecidos.

Cabe destacar que, para efeito das entrevistas, estruturadas ou semiestruturadas entende-se: **Diretor de Unidade Prisional** é aquele gestor local de cada uma das 170 unidades; **Subdiretores** de unidade prisional são definidos como **subdiretor** adjunto, **subdiretor** de segurança, **subdiretor** de humanização e atendimento, **subdiretor** administrativo; **Equipe técnica** é composta por psicólogo, fisioterapeuta, enfermeiro, dentista, médico, assistente social, professor, analista técnico jurídico; **Policia Penal** efetivo; **Agente de Segurança Penitenciário**. No que tange às Apacs temos: **Presidente** de unidade Apac é aquele gestor local de cada uma das 49 unidades; **Diretoria** é composta pelo vice-presidente, primeiro secretário, segundo secretário, primeiro tesoureiro, segundo tesoureiro, diretor do patrimônio e consultor jurídico; **Equipe Administrativa** é composta por encarregado de segurança, encarregado administrativo, encarregado de tesouraria, auxiliar administrativo, secretária, supervisor de oficinas, cozinheiro ou padeiro, inspetor de segurança, condutor de segurança e administrativo e estagiário; **Equipe Técnica** é composta por assistente social, psicólogo, enfermeiro, assessoria jurídica, dentre outros relacionados a execução do objeto pactuado.

Para as abordagens qualitativas serão utilizadas entrevistas em profundidade, grupos focais, análise documental, sem o prejuízo de outras. A análise documental deverá considerar as diretrizes do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP).

O quadro a seguir sintetiza as abordagens, os instrumentos e o escopo proposto para a realização do diagnóstico.

3.3. Quadro Resumo metodológico geral - Diagnóstico do Sistema Prisional

Objetivos Específicos	Fonte de Dados	Público Entrevistado	Modalidade	Escopo
1. Práticas e Rotinas de Atendimento	Questionário estruturado	Diretor da Unidade Prisional	Remoto Autoaplicado	Totalidade dos Diretores de Unidade
	Entrevistas semiestruturadas	Subdiretores de Unidade Prisional	Presencial Aplicado por Pesquisador	Amostra conforme Apêndice I
	Grupos focais	Equipe Técnica	Remoto Aplicado por Pesquisador	Amostra conforme Apêndice I
	Grupos focais	Policia Penal Efetivo	Remoto	Amostra conforme Apêndice I

Objetivos Específicos	Fonte de Dados	Público Entrevistado	Modalidade	Escopo
			Aplicado por Pesquisador	
	Grupos focais	Agente de Segurança Penitenciário Contratado	Remoto Aplicado por Pesquisador	Amostra conforme Apêndice I
	Entrevistas semiestruturadas	Pessoas Privadas de Liberdade	Presencial Aplicado por Pesquisador	Amostra conforme Apêndice I
	Questionário estruturado	Presidente da Apac	Remoto Autoaplicado	Totalidade dos Presidente de Apacs
	Entrevistas semiestruturadas	Diretoria da Apac	Presencial Aplicado por Pesquisador	Amostra conforme Apêndice II
	Entrevistas semiestruturadas	Equipe Administrativa da Apac	Presencial Aplicado por Pesquisador	Amostra conforme Apêndice II
	Entrevistas semiestruturadas	Equipe Técnica da Apac	Presencial Aplicado por Pesquisador	Amostra conforme Apêndice II
	Grupos focais	Recuperandos	Remoto Aplicado por Pesquisador	Amostra conforme Apêndice II
2. Percepção sobre Estruturas Físicas e Tecnológicas	Questionário estruturado	Diretor da Unidade Prisional	Remoto Autoaplicado	Totalidade dos Diretores de Unidade
	Entrevistas semiestruturadas	Subdiretores de Unidade Prisional	Presencial Aplicado por Pesquisador	Amostra conforme Apêndice I
	Grupos focais	Policial Penal Efetivo	Remoto Aplicado por Pesquisador	Amostra conforme Apêndice I
	Grupos focais	Agente de Segurança Penitenciário Contratado	Remoto Aplicado por Pesquisador	Amostra conforme Apêndice I
	Entrevistas semiestruturadas	Pessoas Privadas de Liberdade	Presencial Aplicado por Pesquisador	Amostra conforme Apêndice I
	Entrevistas semiestruturadas	Famíliares das Pessoas Privadas de Liberdade	Presencial Aplicado por Pesquisador	Amostra conforme Apêndice I
	Questionário estruturado	Presidente da Apac	Remoto Autoaplicado	Totalidade dos Presidente de Apacs
	Entrevistas semiestruturadas	Equipe Administrativa da Apac	Presencial Aplicado por Pesquisador	Amostra conforme Apêndice II

Objetivos Específicos	Fonte de Dados	Público Entrevistado	Modalidade	Escopo
	Entrevistas semiestruturadas	Equipe Técnica da Apac	Presencial Aplicado por Pesquisador	Amostra conforme Apêndice II
	Grupos focais	Recuperandos	Remoto Aplicado por Pesquisador	Amostra conforme Apêndice II
	Entrevistas semiestruturadas	Familiares dos Recuperandos das Apacs	Presencial Aplicado por Pesquisador	Amostra conforme Apêndice II
3. Percepção dos Custodiados	Entrevistas semiestruturadas	Pessoas Privadas de Liberdade	Presencial Aplicado por Pesquisador	Amostra conforme Apêndice I
	Grupos focais	Recuperandos	Remoto Aplicado por Pesquisador	Amostra conforme Apêndice II
4. Fatores de Reincidência e Indicadores	Entrevistas semiestruturadas	Pessoas Privadas de Liberdade	Presencial Aplicado por Pesquisador	Amostra conforme Apêndice I
	Grupos focais	Recuperandos	Remoto Aplicado por Pesquisador	Amostra conforme Apêndice II
	Entrevistas semiestruturadas	Familiares das Pessoas Privadas de Liberdade	Presencial Aplicado por Pesquisador	Amostra conforme Apêndice I
	Entrevistas semiestruturadas	Familiares dos Recuperandos das Apacs	Presencial Aplicado por Pesquisador	Amostra conforme Apêndice II
5. Condições de Trabalho dos Servidores	Questionário estruturado	Diretor da Unidade Prisional	Remoto Autoaplicado	Totalidade dos Diretores de Unidade
	Entrevistas semiestruturadas	Subdiretores de Unidade Prisional	Presencial Aplicado por Pesquisador	Amostra conforme Apêndice I
	Entrevistas semiestruturadas	Equipe Técnica da Unidade Prisional	Presencial Aplicado por Pesquisador	Amostra conforme Apêndice I
	Grupos focais	Policial Penal Efetivo	Remoto Aplicado por Pesquisador	Amostra conforme Apêndice I
	Grupos focais	Agente de Segurança Penitenciário Contratado	Remoto Aplicado por Pesquisador	Amostra conforme Apêndice I
	Questionário estruturado	Presidente da Apac	Remoto Autoaplicado	Totalidade dos Presidente de Apacs
	Entrevistas semiestruturadas	Diretoria da Apac	Presencial Aplicado por Pesquisador	Amostra conforme Apêndice II

Objetivos Específicos	Fonte de Dados	Público Entrevistado	Modalidade	Escopo
	Entrevistas semiestruturadas	Equipe Administrativa da Apac	Presencial Aplicado por Pesquisador	Amostra conforme Apêndice II
	Entrevistas semiestruturadas	Equipe Técnica da Apac	Presencial Aplicado por Pesquisador	Amostra conforme Apêndice II

A tabela a seguir resume os instrumentos aplicados por tipo de respondente, relacionando-os aos objetivos específicos da pesquisa no eixo do Sistema Prisional:

Respondente	Fonte de dados - Modalidade	Escopo	Objetivo(s) Específico(s)
Diretores das unidades prisionais e Presidentes das Apacs	Questionário estruturado - Remoto autoaplicado	Totalidade das Unidades Prisionais e Apacs	1. Práticas e Rotinas de Atendimento 2. Estruturas Físicas e Tecnológicas 5. Condições de Trabalho
Subdiretores de unidade prisional	Entrevistas semiestruturadas – Presencial aplicado por pesquisador	Amostra conforme Apêndice I	1. Práticas e Rotinas de Atendimento 2. Estruturas Físicas e Tecnológicas 5. Condições de Trabalho
Policiais Penais/ Agentes Penitenciários	Grupos focais - Remoto aplicado por pesquisador	Amostra conforme Apêndice I	1. Práticas e Rotinas de Atendimento 2. Estruturas Físicas e Tecnológicas 5. Condições de Trabalho
Equipe técnica	Grupos focais – Remoto aplicado por pesquisador	Amostra conforme Apêndice I	1. Práticas e Rotinas de Atendimento 2. Estruturas Físicas e Tecnológicas 5. Condições de Trabalho
Pessoas Privadas de Liberdade	Entrevistas semiestruturadas – Presencial aplicado por pesquisador	Amostra conforme Apêndice I	1. Práticas e Rotinas de Atendimento 2. Estruturas Físicas e Tecnológicas 3. Percepção dos Custodiados 4. Fatores de Reincidência
Familiares das Pessoas Privadas de Liberdade nas Unidades Prisionais	Entrevistas semiestruturadas – Presencial aplicado por pesquisador	Amostra conforme Apêndice I	2. Estruturas Físicas e Tecnológicas 4. Fatores de Reincidência
Presidente da Apac	Questionário estruturado - Remoto autoaplicado	Totalidade dos presidentes de Apacs	1. Práticas e Rotinas de Atendimento 2. Estruturas Físicas e Tecnológicas 5. Condições de Trabalho
Diretoria da Apac	Entrevistas semiestruturadas – Presencial aplicado por pesquisador	Amostra conforme Apêndice II	1. Práticas e Rotinas de Atendimento 2. Estruturas Físicas e Tecnológicas 5. Condições de Trabalho
Equipe Administrativa da Apac	Entrevistas semiestruturadas – Presencial aplicado por pesquisador	Amostra conforme Apêndice II	1. Práticas e Rotinas de Atendimento 2. Estruturas Físicas e Tecnológicas 5. Condições de Trabalho

Respondente	Fonte de dados - Modalidade	Escopo	Objetivo(s) Específico(s)
Equipe Técnica da Apac	Entrevistas semiestruturadas – Presencial aplicado por pesquisador	Amostra conforme Apêndice II	1. Práticas e Rotinas de Atendimento 2. Estruturas Físicas e Tecnológicas 5. Condições de Trabalho
Recuperandos	Grupos focais - Remoto Aplicado por pesquisador	Amostra conforme Apêndice II	1. Práticas e Rotinas de Atendimento 2. Estruturas Físicas e Tecnológicas 3. Percepção dos Custodiados 4. Fatores de Reincidência
Familiares dos Recuperandos das Apacs	Entrevistas semiestruturadas - Presencial Aplicado por Pesquisador	Amostra conforme Apêndice II	2. Estruturas Físicas e Tecnológicas 4. Fatores de Reincidência

3.4. Os **objetivos específicos do diagnóstico do Sistema Socioeducativo** serão:

1. Examinar as práticas de execução e rotinas de atendimento nas unidades socioeducativas, com foco nos eixos de atendimento das medidas socioeducativas (saúde, esporte, cultura, lazer, educação, profissionalização, direito à assistência religiosa, atendimento individual, atividades e rotina pedagógica, práticas restaurativas) e outras, em relação aos protocolos, diretrizes metodológicas e normas estabelecidas. Analisar os modelos de gestão adotados (administração direta e indireta). Mapear tanto as práticas alinhadas quanto as destoantes, identificando seus impactos positivos e negativos na política socioeducativa. Compreender e identificar os fatores externos que influenciam a eficácia dos serviços oferecidos, com o intuito de destacar boas práticas de gestão no processo de execução da medida socioeducativa, contribuindo para a melhoria contínua do Sistema Socioeducativo do Estado.

2. Mapear e analisar as percepções dos gestores socioeducativos sobre as condições físicas e tecnológicas de todas as unidades, verificando de que forma essas estruturas influenciam o cumprimento das políticas socioeducativas. Sistematizar os relatos relativos à capacidade instalada, acessibilidade, condições sanitárias, segurança patrimonial, manutenção predial e funcionamento de redes essenciais (energia, água, TI, comunicação), convertendo essas informações em insumos acionáveis para aprimorar a funcionalidade e a efetividade pedagógica dos espaços. Com base nesses levantamentos, propor estratégias de qualificação de vagas — por reforma, expansão ou readequação — considerando capacidade prevista, ocupação atual, condições de higiene, iluminação, ventilação e demais fatores que impactam diretamente a qualidade de vida, a saúde, a segurança e os direitos dos adolescentes em medida socioeducativa.

3. Identificar e analisar a percepção dos adolescentes em cumprimento de medida sobre a política socioeducativa em Minas Gerais, considerando sua experiência institucional, acesso a direitos e serviços, bem como as desigualdades associadas a fatores étnico-raciais, sociais e de gênero, incluindo a população LGBTQIAPN+. Identificar a percepção dos adolescentes sobre os objetivos e diretrizes da política socioeducativa, bem como a sua compreensão acerca das normas institucionais, regras de convivência e critérios de desligamento. Analisar a percepção dos adolescentes sobre suas relações com outros adolescentes, agentes socioeducativos e equipes técnicas. Examinar como a cultura institucional impacta na experiência individual dos adolescentes e investigar a vivência da população feminina e LGBTQIAPN+ dentro das unidades, considerando o respeito ao gênero, possíveis situações de violência ou discriminação

e acesso aos direitos básicos. Levantar expectativas e desafios para o pós-cumprimento da medida socioeducativa.

4. Examinar fatores que contribuem para a trajetória pós- medida socioeducativa, identificando elementos de proteção ou risco, trajetória infracional (medidas em meio aberto, medidas de privação e restrição de liberdade, entrada no Sistema Prisional ou óbito), considerando tempo de permanência no sistema, atendimentos recebidos e outros fatores relevantes.

5. Identificar e analisar a percepção dos servidores do Sistema Socioeducativo de Minas Gerais em relação às condições de trabalho, considerando fatores estruturais, organizacionais e psicossociais que impactam seu bem-estar, segurança, causas de absenteísmo e desempenho profissional como infraestrutura e condições físicas do ambiente de trabalho, incluindo disponibilidade e qualidade dos equipamentos de proteção individual (EPIs) e demais materiais necessários para o exercício das funções; identificar e analisar a carga horária, regime de trabalho e excesso de demandas; a segurança e gestão de riscos no ambiente de trabalho. Identificar e analisar as capacitações ofertadas, desenvolvimento profissional e valorização. Identificar e analisar o clima organizacional e relações interpessoais. Identificar e analisar os impactos psicossociais e saúde mental dos servidores. Identificar e analisar a percepção sobre a efetividade das diretrizes e práticas adotadas no sistema, bem como, sugestões sobre possíveis melhorias nas condições de trabalho e na implementação das políticas públicas.

A pesquisa será conduzida com grupos focais, entrevistas e questionários estruturados online no sistema socioeducativo com o objetivo de captar as percepções de servidores, adolescentes, familiares e demais públicos-alvo. A contratada será responsável por realizar o cálculo final, com o número exato de grupos focais e entrevistas, ajustando os quantitativos conforme levantamento preliminar junto às unidades, considerando o porte (pequeno, médio ou grande), o perfil populacional (masculino, feminino), a diversidade de funções dos servidores (segurança, técnicos, administrativos) e o número de integrantes da população-alvo (adolescentes, familiares). Contudo, apresentamos a seguir uma estimativa, a qual deverá ser confirmada ou retificada pela contratada desde que atenda ao quantitativo mínimo aqui definido:

Grupos Focais - Deverá ser realizado 1 (um) grupo focal por unidade socioeducativa e por Núcleo de Atendimento do Programa de Egressos Se Liga, com participação exclusiva de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e adolescentes atendidos pelo se liga!, a fim de subsidiar a compreensão de suas vivências e percepções sobre o cumprimento das medidas.

Entrevistas - As entrevistas serão realizadas nos três tipos de gestão das unidades socioeducativas, visando capturar as percepções dos seguintes públicos: Diretores de Atendimento, Diretores de Segurança, Equipe Técnica, Equipe de Segurança e Familiares dos adolescentes em cumprimento de medida. Embora o número exato de entrevistas deva ser calculado pela contratada, sua distribuição seguirá os mesmos critérios de diversidade e representatividade considerados para os grupos focais.

A definição do quantitativo de entrevistas foi realizada com base na fórmula de amostragem aleatória simples com população finita, considerando um nível de confiança de 95% e um erro amostral máximo de 10%, conforme orientações metodológicas reconhecidas na literatura estatística aplicada às ciências sociais (TRIVIÑOS, 1987; GIL, 2008). Para garantir a representatividade da amostra, foram consideradas as unidades socioeducativas de acordo com o porte, a modalidade de gestão e o perfil populacional.

Assim sendo, o cálculo das entrevistas foi realizado para dois grandes grupos: familiares dos adolescentes e profissionais do sistema socioeducativo, segmentados por função e presença institucional. A segmentação dos grupos levou em consideração a quantidade média de adolescentes por unidade, a proporção de familiares (1 familiar por adolescente) e a proporção ou quantidade média de profissionais por unidade, conforme diretrizes técnicas.

No caso dos familiares dos adolescentes, as entrevistas foram estimadas com base na média de adolescentes por unidade e na premissa de que será entrevistado 1 familiar por adolescente. Foram considerados os diferentes tipos de gestão e categorias de unidade, resultando na seguinte estimativa:

Nas unidades de Administração Direta Masculinas (11 unidades com média de 64 adolescentes), serão realizadas 85 entrevistas;

Nas unidades de Gestão em Parceria – Internação (5 unidades com média de 35 adolescentes), serão realizadas 62 entrevistas;

Nas unidades de Gestão em Parceria – Semiliberdade Masculinas (15 unidades com média de 20 adolescentes), serão realizadas 73 entrevistas;

Nas unidades de Gestão em Parceria – Semiliberdade Femininas (2 unidades com média de 16 adolescentes), serão realizadas 24 entrevistas;

Nas unidades Híbridas Masculinas (7 unidades com média de 45 adolescentes), serão realizadas 74 entrevistas;

Na unidade Feminina – Gestão em Parceria (1 unidade com média de 43 adolescentes), serão realizadas 30 entrevistas.

No total, foram estimadas 348 entrevistas com familiares, respeitando a proporcionalidade populacional e assegurando a diversidade regional e de gestão.

Em relação aos servidores, as entrevistas com os profissionais que atuam diretamente no atendimento aos adolescentes foram estimadas com base na proporção técnica indicada para cada função, considerando uma população total de 1.556 adolescentes. Foram utilizados os mesmos parâmetros metodológicos de amostragem aplicados aos familiares.

Foram considerados, para fins de representatividade amostral, os seguintes profissionais: assistente técnico jurídico (1 para cada 40 adolescentes), psicólogo (1 para cada 20), assistente social (1 para cada 20), pedagogo (1 para cada 40), terapeuta ocupacional (1 para cada 40), enfermeiro (1 para cada 40), técnico de enfermagem (1 para cada 40) e dentista e auxiliar em saúde bucal (1 para cada 40). Com base nessas proporções e na população total, estimou-se 39 profissionais para cada uma das categorias com razão de 1 para 40 e 78 profissionais para as categorias de psicólogo e assistente social. Aplicando-se a fórmula de amostragem, chegou-se à estimativa de 28 entrevistas para cada uma das funções com população estimada em 39 profissionais e 44 entrevistas para as funções com população de 78 profissionais (psicólogo e assistente social), totalizando 284 entrevistas para essas categorias.

Além desses, foram incluídas outras categorias com base em sua distribuição institucional. Para os assistentes ou auxiliares educacionais (2 por unidade de internação e casas de semiliberdade, totalizando 82 profissionais), o cálculo amostral resultou em 47 entrevistas. Para os profissionais de educação física (1 por unidade, totalizando 41), estimaram-se 35 entrevistas. No corpo de segurança socioeducativa, consideraram-se os supervisores (1 por unidade de internação, totalizando 24) e os coordenadores (4 por unidade de internação, totalizando 96), com estimativas de 22 e 49 entrevistas, respectivamente.

Quanto aos agentes de segurança socioeducativa (em unidades de gestão direta) e monitores ou socioeducadores (em unidades de gestão híbrida ou cogestão), considerou-se a proporção de 1,5 profissional para cada adolescente, resultando em aproximadamente 2.334 profissionais em cada grupo. Para ambos os grupos, o cálculo amostral resultou na necessidade de 92 entrevistas por categoria.

Em relação ao corpo diretor, serão realizadas 65 entrevistas, sendo 41 com Diretores de Segurança (1 por unidade com o cargo formalmente ocupado) e 24 com Diretores de Atendimento (1 por unidade de internação com o cargo formalmente ocupado).

Com isso, o total estimado de entrevistas a serem realizadas é de aproximadamente **1.006**, distribuídas da seguinte forma: **593 com profissionais do sistema socioeducativo, 348 com familiares e 65 com integrantes do corpo diretor das unidades.**

Questionários Estruturados Online - Os questionários estruturados online comporão um censo, abrangendo todos os todos os Diretores Gerais das Unidades do Sistema Socioeducativo e todos os gestores dos Núcleos de Atendimento do Programa de Egressos Se Liga. A aplicação visa captar a

percepção da gestão das unidades e será conduzida conforme os padrões metodológicos definidos para a pesquisa.

Observações Metodológicas - Estas propostas consideram o mínimo desejado, podendo a contratada ajustar os números de grupos focais e entrevistas conforme o levantamento inicial, desde que respeitados os critérios de representatividade e diversidade mencionados. A contratada deverá seguir as práticas metodológicas de Krueger & Casey (2015) e Barbour (2007), assegurando a saturação teórica e a qualidade dos dados. Cada grupo focal deve contar com 6 a 10 participantes, conforme os padrões metodológicos reconhecidos.

As propostas para execução da pesquisa serão avaliadas com base na qualificação da empresa, experiência prévia em pesquisas qualitativas, metodologia proposta e adequação ao orçamento e cronograma, conforme as especificações deste ETP.

Optou-se, para o Sistema Socioeducativo, por realizar um censo em vez de amostragem, assim, todas as 41 unidades do Sistema Socioeducativo (Apêndice III – Unidades Socioeducativas) serão visitadas e analisadas. A inclusão integral elimina o erro amostral e garante a cobertura total.

Cabe destacar que, para efeito das entrevistas, estruturadas ou semiestruturadas entende-se para as Unidades Socioeducativas: **Diretor-Geral** de Centro Socioeducativo ou Centro de Internação Provisória é aquele responsável pela gestão de cada uma das 24 unidades socioeducativas; **Corpo Diretor** é composto pelos Diretores de Atendimento e Diretores de Segurança; **Equipe de atendimento técnico e saúde** é composta por assistente técnico jurídico, psicólogo, assistente social, pedagogo terapeuta ocupacional, por enfermeiro, técnico de enfermagem, dentista e auxiliar em saúde bucal; **Equipe de oficinas** é composta por assistentes ou auxiliares educacionais e profissional de educação física; **Equipe de segurança** é composta por supervisor de segurança socioeducativa, coordenador de segurança socioeducativa, agente de segurança socioeducativa (unidades de gestão direta), monitor e socioeducador (unidades de gestão híbrida ou cogestão).

No que tange às Casas de Semiliberdade: **Diretor Geral** é aquele gestor de cada uma das 17 unidades socioeducativas; **Diretor de segurança**: responsável pela Equipe de Segurança; **Equipe de atendimento técnico e saúde** é composta por assistente técnico jurídico, psicólogo, assistente social, pedagogo, terapeuta ocupacional; **Equipe de oficinas é composta por** profissional de educação física, auxiliares ou assistentes educacionais; **Equipe de segurança** é composta por, monitor e socioeducador.

Para as abordagens qualitativas serão utilizadas entrevistas em profundidade, grupos focais, análise documental, sem o prejuízo de outras. A análise documental deverá considerar as diretrizes do Sistema Nacional do Atendimento Socioeducativo (Sinase).

O quadro a seguir sintetiza as abordagens, os instrumentos e o escopo proposto para a realização do diagnóstico.

3.5. Quadro Resumo metodológico geral - Diagnóstico do Sistema Socioeducativo

Objetivos Específicos	Fonte de Dados	Público	Modalidade	Escopo
1. Práticas e Rotinas de Atendimento	Questionário estruturado	Diretor-Geral e Gestores dos Núcleos de	Remoto Autoaplicado	Totalidade das Unidades

Objetivos Específicos	Fonte de Dados	Público	Modalidade	Escopo
		Atendimento do Programa de Egressos Se Liga		socioeducativas e casas de Semiliberdade
	Entrevistas semiestruturadas	Corpo Diretor	Presencial Aplicado por Pesquisador	
	Entrevistas semiestruturadas	Equipe de atendimento técnico e saúde	Remoto Aplicado por Pesquisador	
	Entrevistas semiestruturadas	Equipe de oficinas	Remoto Aplicado por Pesquisador	
	Entrevistas semiestruturadas	Equipe de segurança	Remoto Aplicado por Pesquisador	
	Grupos focais	Adolescentes em cumprimento de medida	Presencial Aplicado por Pesquisador	
2. Estruturas Físicas e Tecnológicas	Questionário estruturado	Diretor-Geral e Gestores dos Núcleos de Atendimento do Programa de Egressos Se Liga	Remoto Autoaplicado	
	Entrevistas semiestruturadas	Corpo Diretor	Presencial Aplicado por Pesquisador	
	Entrevistas semiestruturadas	Equipe de atendimento técnico e saúde	Remoto Aplicado por Pesquisador	
	Entrevistas semiestruturadas	Equipe de oficinas	Remoto Aplicado por Pesquisador	
	Entrevistas semiestruturadas	Equipe de segurança	Remoto Aplicado por Pesquisador	
	Grupos focais	Adolescentes em cumprimento de medida	Presencial Aplicado por Pesquisador	
	Entrevistas semiestruturadas	Famíliares dos adolescentes em cumprimento de medida	Presencial Aplicado por Pesquisador	

Objetivos Específicos	Fonte de Dados	Público	Modalidade	Escopo
3. Percepção dos Custodiados	Grupos focais	Adolescentes em cumprimento de medida	Presencial Aplicado por Pesquisador	
4. Fatores de Reincidência e Indicadores	Grupos focais	Adolescentes em cumprimento de medida	Presencial Aplicado por Pesquisador	
	Entrevistas semiestruturadas	Familiares dos adolescentes em cumprimento de medida	Presencial Aplicado por Pesquisador	
5. Condições de Trabalho dos Servidores	Questionário estruturado	Diretor-Geral e Gestores dos Núcleos de Atendimento do Programa de Egressos Se Liga de Egressos Se Liga	Remoto Autoaplicado	
	Entrevistas semiestruturadas	Corpo Diretor	Presencial Aplicado por Pesquisador	
	Entrevistas semiestruturadas	Equipe de atendimento técnico e saúde	Remoto Aplicado por Pesquisador	
	Entrevistas semiestruturadas	Equipe de oficinas	Remoto Aplicado por Pesquisador	
	Entrevistas semiestruturadas	Equipe de segurança	Remoto Aplicado por Pesquisador	

A tabela a seguir resume os instrumentos aplicados por tipo de respondente, relacionando-os aos objetivos específicos da pesquisa no eixo do Sistema Socioeducativo:

Respondente	Fonte de dados - Modalidade	Escopo	Objetivo(s) Específico(s)
Diretor-Geral e Gestores dos Núcleos de Atendimento do	Questionário estruturado -Remoto autoaplicado	Totalidade das unidades socioeducativas e casas de semiliberdade	1. Práticas e Rotinas de Atendimento 2. Estruturas Físicas e Tecnológicas 5. Condições de Trabalho

Respondente	Fonte de dados - Modalidade	Escopo	Objetivo(s) Específico(s)
Programa de Egressos Se Liga de Egressos Se Liga			
Corpo Diretor	Entrevistas semiestruturadas – Presencial aplicado por pesquisador		1. Práticas e Rotinas de Atendimento 2. Estruturas Físicas e Tecnológicas 5. Condições de Trabalho
Equipe de atendimento técnico e saúde	Entrevistas semiestruturadas - Remoto aplicado por pesquisador		1. Práticas e Rotinas de Atendimento 2. Estruturas Físicas e Tecnológicas 5. Condições de Trabalho
Equipe de oficinas	Entrevistas semiestruturadas – Remoto aplicado por pesquisador		1. Práticas e Rotinas de Atendimento 2. Estruturas Físicas e Tecnológicas 5. Condições de Trabalho
Equipe de segurança	Entrevistas semiestruturadas – Remoto aplicado por pesquisador		1. Práticas e Rotinas de Atendimento 2. Estruturas Físicas e Tecnológicas 5. Condições de Trabalho
Adolescentes em cumprimento de medida	Grupos focais – Presencial aplicado por pesquisador		1. Práticas e Rotinas de Atendimento 2. Estruturas Físicas e Tecnológicas 3. Percepção dos Custodiados 4. Fatores de Reincidência
Familiares dos adolescentes em cumprimento de medida	Entrevistas semiestruturadas – Presencial aplicado por pesquisador		1. Práticas e Rotinas de Atendimento 2. Estruturas Físicas e Tecnológicas 3. Percepção dos Custodiados 4. Fatores de Reincidência

¹ (Cochran, 1977, Sampling Techniques, 3.^a ed.).

² Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94403.pdf> . Acessado em 23/06/2025.

3.6. Os **objetivos específicos do Seminário** serão:

O Seminário será um evento presencial, a ser inteiramente organizado pela CONTRATADA, para discussão e debate sobre temas específicos relacionados aos eixos de pesquisa descritos neste Estudo Técnico Preliminar, bem como a entrega dos diagnósticos, de modo a apresentar os achados em cada eixo, especialmente quanto às percepções, demandas e propostas de intervenção baseadas nas evidências encontradas.

O objetivo é promover o diálogo e a troca de ideias entre os gestores do Sistema Prisional e do Sistema Socioeducativo – incluindo os gestores da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) e os pesquisadores responsáveis pela elaboração dos diagnósticos.

O Seminário deverá ser presencial, ocupando os turnos da manhã (08h00-12h00) e tarde (13h00-17h00), para, pelo menos, 300 (trezentas) pessoas, com gravação, podendo incluir formatos de

apresentações e mesas-redondas e coffee break fornecido a todos os participantes no dia de realização do evento, em dois períodos de intervalo (manhã e tarde).

Deverão participar os pesquisadores da CONTRATADA, responsáveis pelo desenvolvimento da metodologia, aplicação e análise dos resultados de cada eixo da pesquisa. Deverão ser convidados todos os gestores do Departamento Penitenciário (Depen) e da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (Suase), Subsecretários, Superintendentes, Diretores Administrativos, Diretores regionais e de unidades, Presidentes das Associações de Assistência aos Condenados (Apacs), bem como os demais gestores da Sejusp e Forças de Segurança.

Operadores do sistema de justiça e segurança pública, instituições de pesquisa, academia, sociedade civil organizada e demais interessados poderão ser convidados, desde que aprovados pela CONTRATANTE.

A divisão da pesquisa em dois eixos permitirá que sua execução ocorra de forma paralela e parcialmente independente, ao passo que a análise geral dos resultados – apresentando de maneira clara e objetiva os principais pontos abordados, demandas e propostas - deverá ser feita de forma integral, permitindo uma compreensão sobre ambos os sistemas - prisional e socioeducativo - aos participantes.

A Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública disponibilizará os endereços eletrônicos para o envio dos formulários a serem aplicados de forma remota, bem como o acesso e a aplicabilidade das entrevistas semiestruturadas, presenciais, aplicadas por pesquisador nas unidades amostradas.

3.7. No tocante aos **produtos derivados da contratação e respectivos prazos de execução**, deverão ser desenvolvidos pela contratada:

I- **Plano de Trabalho** – Entregue até o primeiro mês após a assinatura do contrato, deverá detalhar a metodologia adotada, plano amostral, o cronograma de execução incluindo a programação de visitas às unidades, a composição da equipe técnica e os procedimentos de acompanhamento e monitoramento das atividades.

II- **Mapa Conceitual e Matriz de Variáveis** – Entregue até o segundo mês de execução, deverá apresentar a estrutura teórica que fundamenta o diagnóstico, bem como a matriz analítica contendo as variáveis e indicadores que nortearão a coleta e a análise dos dados.

III- **Instrumentos de Coleta de Dados** – Entregue até o terceiro mês de execução, abrangendo questionários, roteiros de entrevistas, entre outros.

IV- **Pesquisa de Campo** – A coleta de dados será realizada entre o quarto e o sétimo mês de execução.

V- **Diagnóstico Completo e Sumário Executivo** – Deverão ser apresentados até o oitavo mês de execução do contrato. O Diagnóstico Completo deverá conter uma análise aprofundada dos dados coletados, atendendo a todos os objetivos específicos apresentados, com diagnóstico e propostas aplicáveis, tais como sugestões de políticas públicas, informatização, governança, ritos, rotinas e indicadores para mensurar ações, resultados e processos, inclusive definição metodológica e bases estatísticas para cálculo da reincidência passíveis de serem replicados pelos servidores do Estado. O Sumário Executivo deverá acompanhar o Diagnóstico e conter uma síntese clara e objetiva dos principais resultados e recomendações, redigido em linguagem acessível e diagramado, com foco na sua aplicabilidade para gestores.

VI- **Plano de Trabalho do Seminário** – A contratada deverá, até o 8º mês, elaborar planejamento detalhado para a realização de Seminário voltado à divulgação e debate dos resultados da pesquisa. O plano deverá incluir formato, programação, convidados, estratégias de mobilização e logística. O planejamento será validado pela contratante.

VII- Seminário Realizado – A contratada deverá realizar, no 9º mês de execução da pesquisa, um Seminário técnico-científico com duração de 01(um) dia, destinado à apresentação, debate e validação dos resultados obtidos.

VIII- Documento Final Consolidado – A contratada deverá apresentar, no décimo mês, documento final contendo a sistematização dos resultados da pesquisa, os debates realizados no Seminário, e recomendações para políticas públicas e estratégias de intervenção. O conteúdo incluirá diagnóstico completo e proposições aplicáveis à gestão, como sugestões de políticas públicas, informatização, governança, ritos e rotinas. Deverá apresentar também indicadores para mensuração de ações, resultados e processos.

IX- Banco de Dados – Deverão ser entregues de forma concomitante ao documento final consolidado, com base de dados estruturada e anonimizadas, contendo todos os dados coletados durante a pesquisa, devidamente organizados e acompanhados de dicionário de variáveis e documentação técnica.

Segue cronograma simplificado:

Produto	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10
Plano de Trabalho	X									
Mapa Conceitual e Matriz de Variáveis		X								
Instrumentos de Coleta de Dados			X							
Pesquisa de Campo				X	X	X	X			
Diagnóstico Completo e Sumário Executivo								X		
Plano de Trabalho do Seminário								X		
Seminário Realizado									X	
Documento Final Consolidado										X
Banco de Dados										X

Ressalta-se que será realizada, a cada entrega de produto, análise e validação na instância responsável (Gabinete da Sejusp, Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo e Departamento Penitenciário de Minas Gerias, juntamente com a Comissão de Fiscalização do Contrato) de modo a proporcionar o desenvolvimento das etapas posteriores.

Cabe, ainda, destacar que todas as informações coletadas e produzidas pela pesquisa serão de inteira propriedade da Sejusp, não podendo ser utilizadas pela contratada para outros fins, salvo quando houver autorização formal da Sejusp.

Por todo o exposto, a demanda pública objeto da contratação pretendida exige um conjunto de conhecimentos teóricos, técnicos e metodológicos específicos, bem como altíssimo nível de especialização para execução de pesquisas da mesma natureza, dada a complexidade e o ineditismo. Além disso, o processo de coleta, análise e checagem de dados envolverá questões de responsabilidade, ética e conformidade com regulamentações, especialmente no âmbito da segurança pública, o que inclui, ainda, a preocupação do tratamento adequado ao público atendido (pessoas privadas de liberdade, recuperandos e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa) e de dados sensíveis e sigilosos, de forma a garantir que esses dados sejam coletados de acordo com padrões éticos e legais.

Nesse sentido, a **pretendida contratação não admite subcontratação**, exigindo-se que a potencial contratada tenha capacidade técnica e operacional para executar o objeto em sua integralidade, garantindo, assim, a responsabilização da contratada sobre toda comprovação de qualidade e experiência apresentadas.

3.2 Qualificação da potencial contratada

Os serviços serão prestados por empresa/instituição especializada, devidamente regularizada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões exigidos neste instrumento e no futuro Termo de Referência.

Para fins de **qualificação técnica**, a contratada deverá apresentar:

I - 01 (um) atestado ou declaração de experiência da contratada, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da contratada, que comprove prestação de serviço similar ao objeto desta contratação, ou seja, pesquisa de avaliação de políticas públicas, apontando neste documento ou em arquivos anexos (contratos, entregas, etc.) que possui os seguintes domínios:

- a) Capacidade para formular, com qualidade adequada, pesquisa de natureza quantitativa- qualitativa, mediante a utilização de métodos e técnicas reconhecidas pelo meio acadêmico-científico, especialmente nas áreas de Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas.
- b) Capacidade de organizar e coordenar plano operativo de campo para a coleta de dados de pesquisa.
- c) Capacidade de armazenar, processar, analisar e consolidar os dados coletados de modo a gerar informações, constatação sólida e comprovada sobre um fato, hipótese ou padrão de comportamento provenientes dos dados.
- d) Para atendimento do quantitativo indicado acima, é admitido o somatório de atestados, desde que compatíveis com as características do objeto da contratação.

II - 01 (um) atestado ou declaração, expedida pela contratada, que explicita neste documento ou em arquivos anexos, que possui:

- a) Experiência dos profissionais da contratada na realização ou coordenação de pesquisas amostrais qualitativas e quantitativas que contemplem temática relacionada à segurança pública e/ou sistema de justiça criminal, relativos a serviços finalizados.
- b) Experiência dos profissionais da contratada na condução de pesquisas com o público atendido (pessoas privadas de liberdade e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa), relativos a serviços finalizados.
- c) Existência na equipe técnica responsável pela execução do contrato de profissionais formados, no mínimo, nas áreas de Ciências Sociais e Estatística.
- d) Capacidade de desenvolver e operacionalizar solução tecnológica para a realização da coleta de dados quantitativos de forma remota, via internet, de forma a não onerar os respondentes em termos de tempo, recursos ou esforço adicional.

III - 01 (um) atestado ou declaração, expedida pela contratada, que indique neste documento ou em arquivos anexos, que a contratada possui sede física ou indicará preposto no estado de Minas Gerais.

IV - Para atendimento do quantitativo indicado acima, é admitido o somatório de atestados, desde que compatíveis com as características do objeto da contratação.

A contratada deverá observar às prescrições da **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)** quanto ao tratamento de dados pessoais e dados sensíveis coletados durante a pesquisa.

A contratada deverá apresentar **documentos que comprovem regularidade jurídica, fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira**, a serem exigidos no futuro Termo de Referência.

Diante do exposto, entende-se que a contratação nos presentes termos atenderia às necessidades da Sejusp no que tange às exigências legais e padrões mínimos de qualidade relativos ao objeto.

Importante ressaltar que a prestação do serviço não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Pública, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e/ou subordinação direta.

3.3 Prazo de vigência

A contratação visa atender uma necessidade pública pontual, cujo contrato irá se exaurir após a prestação do serviço. Deverá ser formalizado contrato com vigência de 10 (dez) meses contados a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial do estado de Minas Gerais, podendo ser prorrogado nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações).

Todas as informações coletadas e produzidas pela pesquisa serão de inteira propriedade da Sejusp, não podendo ser utilizadas pela contratada para outros fins, salvo quando houver autorização formal da Sejusp.

III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO)

1. Levantamento de Mercado (art. 6º, V)

A partir do levantamento de mercado se pretende realizar pesquisa comparativa de preços, conforme o disposto na Resolução Seplag nº 102, de 29 de dezembro de 2022.

2. Estimativa do valor da contratação (art. 6º, VI)

Conforme o disposto na Resolução Seplag nº 102, de 29 de dezembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Núbia Vieira de Souza, Assessor(a) Chefe**, em 09/07/2025, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cláudia Aparecida Brígido, Secretária Executiva**, em 09/07/2025, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Lúcia Mascarenhas Gomes da Silva, Servidora Pública**, em 09/07/2025, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nathalia Bertú Moura, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental em Minas Gerais**, em 09/07/2025, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Victor Antunes Leocadio, Servidor(a) Público(a)**, em 09/07/2025, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pauline de Moura Wallner Avila Rocha, Servidor(a) Público(a)**, em 09/07/2025, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro de Araujo Maia, Superintendente**, em 10/07/2025, às 08:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **116604759** e o código CRC **0BB7C496**.